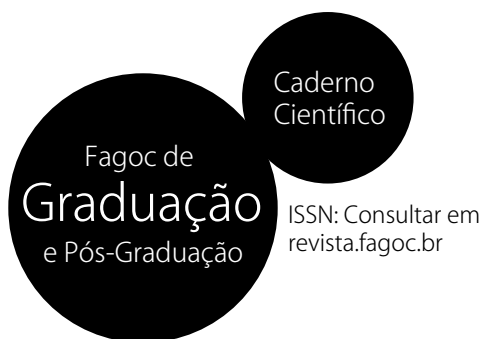


O QUILOMBO DE RIBEIRÃO PRETO

Tiago Ribeiro Teodoro¹
Cosme Elias²



RESUMO

O presente trabalho aborda a construção da memória, identidade e tradição da comunidade quilombola da região denominada Ribeirão Preto, em Guidoal, Minas Gerais. O quilombo foi fundado por membros das famílias Aleluia, Tavares, Cruz, Tomé e Martins, na segunda metade do século XIX, cuja história de resistência à dominação vem sendo resgatada pelos seus membros, tendo, assim, na memória coletiva seu principal referencial. O artigo pretende fazer uma discussão acerca da memória e seus principais aspectos, como esta é construída e trabalhada pelos seus membros, tendo como pano de fundo a história das famílias que formaram a comunidade hoje, conhecida como Ribeirão preto.

Palavras-chave: Quilombo. Identidade. Tradição. Memória.

INTRODUÇÃO

A história da comunidade de Ribeirão Preto, na cidade de Guidoal, em Minas Gerais, provoca uma série de discussões acerca da memória, tradição e identidade. Em se tratando de uma comunidade quilombola, entendemos aqui tal conceito a partir da própria definição do Estado brasileiro para a questão, através de uma lei sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que define o quilombo como “qualquer comunidade que se identifique como

tal e tenha ‘ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida’ (HECHT; MANN, 2012, 81).

Para contar a saga de cinco famílias que fundaram a região hoje chamada de Ribeirão Preto, partimos principalmente da memória oral dos descendentes desses pioneiros, por entendermos que, além de contar uma história, precisamos saber como se dá esse processo de oralidade, assim como os esforços de uma comunidade que busca, no passado, reconstruir uma história para entender o seu próprio presente.

A pesquisa se baseou na observação participante e numa série de entrevistas que foram registradas por meios audiovisuais, a fim de, posteriormente, fazer um documentário. Tendo como prioridade os descendentes das cinco famílias, há que se destacar a importância, como veremos mais à frente, da professora Carmem Cattete Reis Dornellas, a qual foi a primeira a reconstruir a história do Ribeirão Preto, realizando uma peça de teatro e, assim, contribuindo substancialmente para o reconhecimento da comunidade como tal e mesmo sua identidade. Embora seja de uma tradicional família da cidade e socialmente de classe distinta dos quilombolas³, parece ser a partir de sua visita à comunidade, o seu interesse na reconstrução histórica que talvez tenha despertado no grupo o desejo de pensar sua própria identidade.

1 Discente do Curso de Comunicação Social da Faculdade Governador Ozanam Coelho (Fagoc).

2 Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Professor da Fagoc.

3 Será usado o termo “quilombola” para se referir à comunidade por uma questão de referência e uma melhor leitura. É importante ressaltar que ainda não tem o reconhecimento oficial como Quilombo Remanescente.

Outra fonte de pesquisa também usada neste trabalho se refere a uma fita cassete, gravada no ano de 1981 com um dos nomes mais importantes da comunidade, Frederico Tavares de Aleluia, conhecido como Tito. Não se sabe a quem foi concedida a entrevista e nem mesmo a autenticidade do material, pois esta é feita pelos seus próprios descendentes, que afirmam sua veracidade, e tendo preservado por tantos anos, parece possuir um inestimável valor para o grupo. Consideramos aqui, como fonte de pesquisa, tanto as falas dos entrevistados quanto a fita cassete, uma vez que a história, embora tenha um caráter extremamente mítico, subjetivo e simbólico, não apresente maiores contradições entre os relatos, conflitos, jogos de interesses ou divergências familiares, soando, até certo ponto, em uníssono. Não se sabe se a falta de grandes contradições resulta do fato de serem realmente inverídicas ou atestam sua veracidade. De fato, não se tem como precisar a fala histórica, uma vez que não há pesquisas sobre a comunidade até então e nem documentos oficiais. Não é de interesse desta pesquisa uma reconstrução histórica, mas utilizar as falas como pano de fundo para a discussão principal, que é a questão da memória e identidade do grupo.

De fato, o que nos interessa, neste trabalho, é a memória do grupo, seus processos de construção e como ela contribui para a sua identidade. Essa é uma questão amplamente discutida por Santos (2013), que nos ajuda a entender tal processo na comunidade, pois, de acordo com a autora, a memória, em seu processo de domesticação do passado, é um dos principais elementos de formação da identidade, em que os indivíduos negociam com as representações do passado e, assim, adquirem coerência e estabilidade, fatores essenciais à sua ação.

A comunidade do Ribeirão Preto não possui aquilo que Gandau (2012) chamou de grandes memórias organizadoras, capazes de organizar as representações identitárias, as quais, quando estão alinhadas aos meios de memória – como escola, igreja, Estado e família, que através de “suas práticas e ritos diversos difundem e fazem viver

as grandes memórias organizadoras” – tonam-se muito eficazes (GANDAU, 2012, p. 182).

Portanto, na ausência dessa grande memória organizadora e de seus mecanismos de sustentação, e partindo do princípio de que cada indivíduo se considera um depositário de sua “memória-dever”, obrigando-o a recordar e “recobrir de pertencimento o segredo da identidade” (GANDAU, 2012, p. 184), cada pessoa segue seu próprio caminho, resultando, com isso, memórias fragmentadas, como ocorre na região estudada. Juntando os fragmentos numa espécie de colcha de retalhos de suas memórias, procuramos recontar e analisar a história enigmática de cinco famílias que se instalaram numa região da Zona da Mata mineira, deixando um legado histórico, o qual, até certo ponto, se perdeu, mas recentemente vem sendo recuperado pelos seus descendentes.

É importante ressaltar que a história do Ribeirão Preto apenas começa a ser contada, bem como a análise da memória e tradição oral do grupo. Não se trata aqui de buscar uma “verdade”: o importante é a compreensão de contextos que levaram essa comunidade à procura de sua própria identidade, dentro de um passado construído e reinterpretado.

De acordo com a análise de Santos (2013) a respeito do estudo da memória, podemos afirmar que, na reconstrução do passado, cada relato se associa a um determinado quadro social, variando em função da inserção de cada indivíduo em seu grupo, pois os indivíduos guardam fragmentos de experiências vivenciadas coletivamente e precisam delas para dar sentido à sua própria vida. Porém, há uma interação entre memória coletiva e individual, diz Santos, podendo pesar tanto o caráter coletivo quanto o particular nos relatos, os quais variam minimamente em relação à construção coletiva ou rompem totalmente com ela. Podemos dizer que, na comunidade estudada, não foi notada uma ruptura total, havendo variações mínimas em sua reconstrução histórica. Portanto, esperamos, com este estudo, abrir discussões que possam suscitar novas

análises a respeito da comunidade, bem como reconstruir, pelo menos, parte de sua história.

As origens da comunidade: “aí vieram cinco negros da África”

A história do quilombo de Ribeirão Preto na cidade de Guidoal, em Minas Gerais, inicia-se por volta da segunda metade do século XIX. Os arquivos históricos do município não contribuem substancialmente para a (re)construção de sua história, portanto tal processo se dá em sua maior parte pela tradição oral, através de relatos de seus moradores.

Localizado na Zona da Mata de Minas Gerais, a 304 km da capital, Belo Horizonte, está o município de Guidoal, cujo nome é uma homenagem ao seu fundador, o francês Guido Thomaz Marlière, através da junção de seu primeiro nome (Guido) com o substantivo *Wald*, que em alemão significa floresta.⁴

Aproximadamente a 8 km da cidade de Guidoal, está a comunidade do Ribeirão Preto. De acordo com os relatos de moradores mais antigos e seus descendentes, a história de ocupação dessas terras se deu a partir do século XIX, num enredo que pode ser entendido como um misto de ficção e realidade. Não é possível poder precisar o fator mais importante nessa conjunção, mas consideramos que, embora as fantasias, mitos, lendas e histórias possam ser algo construído, de forma a resgatar sua própria identidade e tradição, não podem ser negligenciados e, sim, vistos como um primeiro momento de reconstrução de uma história que precisa ser resgatada.

É difícil precisar datas, nomes e cronologia – o que contribuiria para um melhor recorte histórico que pudesse ser até mesmo confrontado com a historiografia oficial, de modo a inseri-lo numa contextualização histórica brasileira, confrontando relatos com momentos importantes do século XIX que envolvem especificamente tal grupo, como a Lei Eusébio de Queiroz de 1850, e outras sucessivas que culminaram com o fim do

trabalho escravo no país. De fato, entendemos que há uma comunidade, a qual parece ser uma formação de antigo quilombo, cuja história se tenha perdido num determinado momento, percebendo-se atualmente um certo movimento no sentido de reconstruí-la.

Não consideramos a história do Ribeirão como algo forjado, tal como Gandau (2012) discute. Concordamos com seu ponto de vista no momento em que ele acredita que o passado é algo modelável, que pode mesmo ser alterado. Não se trata de uma manipulação “grosseira” da memória no sentido de forjar uma identidade coletiva, tal como aconteceu na Romênia de Ceausescu, onde as marcas do passado foram apagadas, para se criar uma sociedade socialista inteiramente nova. No caso da comunidade estudada, o sentido é diverso, mesmo porque os indivíduos querem recuperar uma identidade perdida. Na verdade, seria um modelo de construção de memória, que podemos tomar como referência aos movimentos negros no Brasil, de forma geral. Ou seja: trata-se de dar um passado à própria comunidade.

Os relatos de seus moradores, tomados tanto por meio de entrevistas, quanto de nossa observação participante, levam a uma história que começa a ser construída na segunda metade do século XIX. No primeiro momento, ao que parece, foram cinco negros oriundos do continente africano que vieram trabalhar em Minas Gerais. Não se sabe precisamente se essa foi uma transferência direta entre os continentes ou se, no Brasil, esses mesmos negros aportaram em alguma outra região. Em Minas Gerais, o distrito de Descoberto, na época pertencente a Cataguases, foi o primeiro lugar em que se tem registro de sua chegada. Lá, permaneceram por pouco tempo, até empreenderem fuga para a região onde se instalaram até os dias atuais.

Após se radicarem na região, apossaram-se de cerca de 400 alqueires de terra. Solteiros, construíram suas primeiras moradias e suas lavouras de subsistências. A transferência, ao que parece, não se deu de forma pacífica, uma vez que há relatos de conflitos com os fazendeiros da

4 Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/guidoal.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2014.

região, até mesmo na tentativa de escravizá-los. Fruto de acordo ou talvez de uma característica muito própria do modo de produção da região, ao que parece eles não trabalharam como escravos; talvez tenham exercido suas funções como parceiros, meeiros ou assalariados, sendo esta última forma a menos provável, em se tratando do século XIX.

A constituição das famílias e de seus sucessores começou a partir da compra de duas escravas por parte de dois dos negros, iniciando-se aí uma linha sucessória que perdura até os dias atuais. Os demais foram se casando em outras épocas e não se sabe se o procedimento foi idêntico. Podemos ilustrar melhor essa história através do depoimento de uma descendente, Maria Aparecida Martins Lopes (Cida): “Meu pai (Firmino Antônio Martins) contava que aqui era uma mata virgem, não tinha nada, aí vieram cinco negros da África, que localizaram aqui, eram africanos e aqui constituíram família. Compraram cinco moças. Hoje somos descendentes dessas famílias”.⁵

Nessa época, dois acontecimentos foram significativos: a Guerra do Paraguai (1864/1870) e a epidemia de febre amarela (1685) no Brasil. O primeiro episódio provocava a fuga de trabalhadores da região, os quais, para não serem convocados, afugentavam-se em lugares de mais difícil acesso, chegando até mesmo à região da cidade de Congonhas do Campo.

O segundo episódio levou a população da área a um natural receio de contrair a doença. Diante disso, fizeram uma promessa: caso nenhum membro da comunidade fosse convocado para a guerra, nem acometido por tal enfermidade, iriam fincar um cruzeiro em reverência a São Pedro na beira do ribeirão (rio que corta a comunidade). Agora a comunidade tinha como padroeiro, que era São Pedro. Não se sabe a razão da escolha do padroeiro dos pescadores, tampouco se alguma característica do santo influenciou esse processo.

Outro episódio significativo para a memória da comunidade, até mesmo como fator de afirmação de identidade, foi a construção

de uma estrada entre a Distrito de Santana e a cidade de Guidoal. Há relatos indicando que tal obra foi requerida por um “coronel” da fazenda Ouro Preto, utilizando os moradores do Ribeirão como escravos. Diante do ocorrido, houve revolta por parte dos negros, os quais disseram que não seriam escravos de fazendeiros, pois já eram ricos e livres. Diante da negativa do Coronel, afirmando que havia registro na cidade de Guidoal comprovando que eles eram ainda escravos, os moradores do Ribeirão se reuniram e foram até o cartório da cidade, conforme relato de Frederico Tavares de Aleluia:

O fazendeiro quis fazer uma estrada pra Guidoal e não tinha caminho pra Guidoal, e o chefe veio de Ouro Preto dono da fazenda e falou que ia botar eles como escravos, era antigamente eles ‘rebilaram’, não quiseram, falaram: - nos nunca fomos escravos, somos fazendeiros, somos tudo rico e agora vai ser escravo não. O patrão disse que os livros estavam abertos em Guidoal e nos ‘vamo’lá ver esse livro, mas reuniram os crioulo do ribeirão e foram no escritório.⁶

Ao chegarem ao cartório, que ficava na rua chamada de Corta Rabo, hoje Santo Antônio. Perguntaram ao dono, Antônio de Barros, onde estavam os livros. O escrivão deu a ordem para que entrassem; então, entraram no recinto, pegaram os livros e os jogaram no meio da rua, rasgaram e colocaram fogo em tudo; e ainda deram muitos tiros dentro do arraial que era chamado Sapé. Não se sabe se cometeram algum homicídio em decorrência desse episódio e nem a magnitude da violência do ato, mas alguns membros chegaram a ser presos e posteriormente liberados, após o pagamento de uma fiança de 100 mil réis. Esse episódio se opõe à avaliação de Santos (2003) a respeito das representações da população afrodescendente em narrativas vinculadas à construção da identidade brasileira, demonstrando que tais populações têm seus méritos e lutas silenciados, além dos estereótipos que lhes são peculiares, vitimizando aqueles que

5 Trecho extraído de uma fita de áudio com depoimentos atribuídos a Frederico Tavares de Aleluia (Tito). Não se sabe a quem ele deu esse depoimento, que, segundo seus descendentes, foi gravado no ano de 1981.

lutaram contra o regime escravocrata.

Durante todas as entrevistas e o próprio relato dos descendentes, o papel de resistência e não submissão à escravidão é sempre muito enfatizado. Até mesmo quando mencionam serem ricos e fazendeiros como forma de contrapor, mesmo que inconscientemente a essa relação brancos/negros na história brasileira, que sempre os coloca como subalternos, conforme se observa na narrativa de Dirico:

Mas depois chegou aqui, era para eles serem escravos também. Mas ele falou: “Nós não pode ser escravo, nós somos ricos, nós temos dinheiro também e nós não tolera ser escravo não”. Aí olhou pra aqui, olhou pra li e falou: “Mas nós vamos construir fazenda, vamos comprar muitas terras.” Não, nós também pode comprar! ”⁷

É importante salientar que os adjetivos utilizados como argumentação por parte dos negros devem ser relativizados e contextualizados. Termos como “fazendeiro”, “ricos” e “coberto de ouro”, frequentemente mencionados no depoimento, devem ser pensados conforme a época em que estão inseridos. Não cabe aqui uma discussão sobre isso; objetiva-se somente ilustrar essa importante atitude do grupo no sentido de se contrapor a um modelo de história e luta de emancipação dos negros no Brasil.

Parece que as terras ocupadas estavam legalizadas; há documentos ainda preservados da década de 1910 a respeito da posse. A comunidade se expandiu tanto a partir de seus descendentes, quanto de moradores de outras regiões que vieram a se fixar no Ribeirão. Ainda são encontrados descendentes dos cinco negros que se radicaram na região; são as famílias Tavares, Aleluia, Martins, Tomé e Cruz. Um dos nomes mais importantes da comunidade e que ainda traz uma referência como identidade para o grupo é a figura de Frederico Tavares de Aleluia (Dirico). Filho do patriarca Frederico Tavares de Aleluia, nascido em 04 de abril de 1903, conhecido como Tito, oriundo de uma família de 12 irmãos, casou-se em 1923, teve 12 filhos e cerca de 100

⁷ Depoimento de Frederico Tavares de Aleluia (Dirico) aos autores em 28 set. 2013.

netos. Provavelmente, Tito é filho de um dos negros fundadores da comunidade de Ribeirão. Muitos descendentes dessa família se mudaram para a cidade do Rio de Janeiro. Era figura popular na região, sanfoneiro e o que se poderia chamar de guardião da história do Ribeirão Preto. Faleceu no dia 05 de abril do ano de 1989, aos 86 anos.

A busca da identidade e o resgate da tradição

A ideia de pertencerem a uma comunidade quilombola é algo totalmente novo no imaginário da comunidade do Ribeirão Preto. Na verdade, a saga das famílias Tavares, Aleluia, Martins, Tomé e Cruz passou a ser contada num período muito recente e está ligada ao próprio reconhecimento do grupo enquanto quilombo remanescente. Alguns fatores – o caráter mítico da história, o fato de não se deixarem escravizar num período escravocrata do Brasil, a forma independente e autônoma que viveram e todo esse invólucro no seu entorno – fazem desse grupo um importante aspecto significativo e de relevância para o seu estudo. Trata-se de uma comunidade que perdeu sua identidade e não manteve qualquer tradição que tivesse uma grande influência africana. Não há presença de outra religião que não seja a católica, nem ritos, traços, danças, esculturas e outras manifestações que lembrem os seus antepassados. Até certo ponto, tais fatos não são estranhos à memória afrodescendente no Brasil, mesmo porque trata-se de um grupo oprimido, que, historicamente, foi desfavorecido em vários sentidos e aliado da história oficial brasileira.

A memória coletiva – incluindo, nesse caso, a comunidade estudada – pode ser alicerçada à argumentação de Santos (2012), pois esta é ligada a movimentos contínuos e lembranças transmitidas entre gerações; portanto, há um limite na compreensão do passado, pois o indivíduo o transforma em função de sua percepção. A memória, seja individual, seja coletiva, é vulnerável a manipulações, impondo um certo limite em seu acesso ao passado. Há, no entanto, uma diversidade considerável entre os caminhos ao passado, que, em sua maioria, são perpassados por tensões, conflitos e disputas. As memórias, a história e o esquecimento são

experiências necessárias; além disso, é importante entender que a construção do passado não é um processo natural.

A memória não é simplesmente uma recuperação do passado em seu caráter mais estrito, sob os argumentos de Santos (2013), cuja discussão se dá através de vários autores. A partir da premissa de que não se pode fazer a mesma leitura de um livro duas vezes, as diversas formas de entendimento e explicação do passado variaram entre eles. Enquanto autores como Halbwachs pensam numa estrutura coletiva, Neisser entende essa construção a partir dos atores sociais, cujo papel é importante nesse processo. Ambos os autores demonstram que a memória deve ser pensada como uma construção social, embora Santos critique suas teorias por ignorarem o peso das tradições e das relações de poder nas construções sociais, objetos discutidos por Marcuse e Foucault. Não cabe aqui uma análise propriamente sobre a estrutura de poder ou mesmo as tradições na comunidade do Ribeirão Preto como fatores preponderantes, seja devido a seu reduzido tamanho e ao fato de hoje estarem inseridas numa estrutura maior, seja pelo fato de suas tradições serem algo bem restrito, tal como foi mencionado neste trabalho.

Na análise de Santos (2013), em relação ao estudo da comunidade da Ilha Grande no estado do Rio de Janeiro e a memória, sua argumentação parte do princípio de que, mesmo sendo narrativas construídas sobre o passado, as memórias não foram capazes de dar conta do que de fato aconteceu: elas são falhas, porque têm como referência um passado que é visto sempre de forma parcial. Tal argumentação situa-se no contexto da comunidade do Ribeirão e seu processo de reconstrução do passado. Mesmo que seja uma memória voluntária - aquela resultante da vontade e intenção deliberada daqueles que narravam suas lembranças - ela guarda segredos e também fissuras, como em todas as narrativas e reconstruções.

No momento em que entendemos a memória como uma construção social, diz Santos (2013), algo que está em nós, mas que também

nos é exterior não supera o fato de que os relatos que fazemos do passado são falhos. Por outro lado, é importante salientar que os indivíduos não armazenam a totalidade de experiências passadas, ou seja, ao se lembrar de algo que vivenciou no passado, o indivíduo reconstitui o que aconteceu primeiro:

A partir da massa ativa de reações ou experiências do passado organizadas, ou seja, a partir de uma estrutura já existente, como a linguagem, e, segundo, de uma disposição que ele tem para o lembrar. Podemos dizer, portanto que estamos sempre reconstituindo o passado a partir do legado que o passado deixou em nós e que o balanço entre as determinações do passado e do presente não é jamais dado a priori. (SANTOS, 2013, p. 111).

A busca da memória, sua reconstrução e a identidade do grupo começaram quando Carmem Cattete Reis Dornelas, na época professora, convidou Frederico Tavares de Aleluia (Tito) para ir à escola dar uma entrevista para os alunos. Interessada pelo assunto, Carmem foi visitar a comunidade, onde apurou muitos fatos, surgindo a ideia de escrever uma peça de teatro que seria encenada posteriormente com os próprios moradores da região.⁸

A história da comunidade do Ribeirão Preto e o esforço de seus membros em reconstruí-la parecem ir ao encontro ao pensamento de Gandau (2012), que, tal como Santos (2013), trabalha muito a memória na perspectiva de Halbwachs, embora, de forma menos crítica. Citando, em princípio, a regra tomista, a qual afirma que a pessoa deve dispor daquilo que deseja lembrar, ordenadamente, Gandau complementa que a ação de recordar está relacionada com modalidades históricas, culturais, sociais, mas também, bem particulares, pois é

a partir de múltiplos mundos classificados, ordenados e nomeados em sua memória, de acordo com uma lógica do mesmo e do outro subjacente e toda categorização 'reunir o semelhante separar o diferente - que um

8 A peça escrita e dirigida pela professora Carmem Cattete Reis Dornelas recebeu o nome de História do Ribeirão Preto e foi encenada no ano de 1988, durante uma Festa de Santana na Praça Santo Antônio.

indivíduo vai construir e impor sua própria identidade. (GANDAU, 2012, p. 84).

De acordo com Santos (2013), a memória é uma forma de pensamento para recuperar o passado e suas inúmeras possibilidades. Tal processo possui uma dupla seleção: em primeiro lugar, precisa ser adquirido e armazenado, selecionando fatos, eventos e experiências significativas; em segundo lugar, escolhemos alguns fatos em detrimento de outros, construindo, assim, ativamente o passado. Como mencionado aqui, a história do Ribeirão é entendida como um misto de ficção e realidade, além de ser muito imprecisa quanto à sua temporalidade.

A ideia de construção identitária da comunidade quilombola analisada, coaduna com a argumentação de Halbwachs (1950, citado por Gandau, 2012). O tempo tem conteúdo, diz Halbwachs, no momento em que oferece uma matéria de acontecimentos ao pensamento, supondo assim que eles sejam escolhidos e hierarquizados pela comunidade, e essa escolha se dá através daquilo que o grupo elegeu como digno de entrar na memória.

Mesmo não sendo uma opção rigorosa – no caso da comunidade estudada, talvez esse fato possa explicar a ausência de consideráveis contradições no discurso acerca da história da comunidade –, Gandau afirma que o que é verdadeiro para o indivíduo, como seu nascimento e batismo, torna-se muito mais em se tratando de uma escala de grupos, como a saída do Egito e o nascimento de Cristo para os judeus e cristãos, respectivamente. O discurso que daí advém, ou seja, sobre o acontecimento original e o marco zero, terá um grande papel na definição das identidades, sejam individuais, sejam coletivas.

A origem da comunidade e de seus membros fundadores, de onde vieram, como chegaram ao Brasil, a etnia e outras informações relevantes na recuperação da memória são dados esparsos. Não há uma definição nem mesmo aproximada cronologicamente sobre o grupo estudado, portanto seria aquilo que Gandau definiria como um grupo cuja memória das suas origens é “amputada”. Diante disso, a elaboração

que os membros fazem de sua identidade é complexa e incerta.

Gandau (2012) afirma que os fundamentos de uma etnicidade e seus laços primordiais estão em uma origem comum. Mesmo que esta possa ser mitificada e os legados culturais não sejam homogêneos, o que importa é que esses elementos sejam vividos pelo grupo e percebidos pelos outros, “o que é uma forma de naturalização da comunidade” (GANDAU, 2012, p. 97). O ato de memória, diz o autor, quando se fala em origem, não foge à regra de selecionar e escolher, e em alguns casos, até mesmo o denominado “mito de origem” pode servir para separar o grupo em relação a seus vizinhos, de forma a invocar a origem comum entre eles. Significativamente, tal mito proporciona um estreitamento ou mesmo alargamento dos limites do grupo e, ainda, como afirma Jean Guillaumin (1968 citado por GANDAU, p. 97), “os membros dos grupos depositam, para seus próprios usos, a imagem de seu passado mais conveniente às suas necessidades comuns”. Temos a partir daí a discussão acerca do desafio que se faz em relação à pureza da transmissão e da autenticidade daquilo que se transmite desde as origens.

De acordo com Gandau (2012), a força das memórias depende da estruturação, até certo ponto homogêneas, do conjunto das lembranças, seja a partir de uma determinada origem, seja através de uma sucessão de fatos.

Como demonstrou Halbwachs, o trabalho de produção de um campo do memorável será mais fortalecido quando encontrar um eco naquele que ele denomina de pensamento coletivo e que é, de fato um certo grau de convergência entre as representações que cada indivíduo mantém ou se esforça em compartilhar com outros membros do grupo. (GANDAU, 2012, p. 100)

Portanto, se os grupos organizarem os seus pensamentos no entorno de interesses que não são mais os mesmos, poderá ocorrer o enfraquecimento da sua memória, bem como a emergência de novas identidades, tanto múltiplas, como compostas. Ainda de acordo com Gandau (2012), a história não tem uma

grande intervenção no campo memorial; ela revela formas do passado, mas a memória as modela, tal como a tradição. Enquanto aquela se preocupa com a ordenação, esta se caracteriza principalmente pela desordem da paixão, emoções e afetos. Mesmo que a história legitime, a memória é quem funda; se a história coloca o passado à distância, a memória funde-se a ele.

A comunidade quilombola do Ribeirão Preto é pensada pelos seus membros a partir de laços familiares. São cinco famílias que, na memória, têm destaque maior para uma ou outra, dependendo do discurso de seus narradores. Esse fato torna importante pensar a questão da memória, sua transmissão e a relação familiar, tal como discutido por Gandau.

De acordo com Maurice Halbwachs (citado por GANDAU, 2012), na memória genealógica ou familiar é possível ver o jogo da memória e identidade, pois as lembranças compartilhadas pelos membros de uma mesma família participam da identidade particular desta. Nesse jogo incluem-se a genealogia naturalizada (sangue) e a simbolizada (relato fundador).

A memória familiar é muito curta, remontando no máximo a duas ou três gerações. A memória da família serve de princípio organizador da identidade, seja intervindo no compartilhamento de certas lembranças e esquecimentos, seja naquilo que Gandau (2012) chamou de compartilhamento da vontade de compartilhar. A repetição de rituais, a conservação dos saberes e outras recordações familiares, bem como a responsabilidade em transmitir sua cultura material e imaterial são de grande importância nos laços familiares, fazendo com o que indivíduo queira se considerar parte de uma família. Mesmo em se tratando de conflitos que possam provocar rupturas de caráter definitivo, Gandau (2012) argumenta que a memória e a identidade pessoal fazem uma composição com a memória familiar, a qual é uma herança da qual os indivíduos não podem se desfazer.

A memória geracional tem lugar de grande importância no jogo identitário, fazendo uma abordagem por dois vieses, ou seja, uma

memória antiga e uma moderna. A primeira se estende para além da família, é a consciência de pertencer a uma cadeia de gerações sucessivas das quais o grupo ou o indivíduo se sente herdeiro. A pessoa se sente como continuadora de seus predecessores: “essa consciência do peso de gerações anteriores é manifesta em expressões de forte carga identitária, como ‘as gerações anteriores trabalharam por nós’ ou ‘nossos antepassados lutaram por nós’ ” (GANDAU, 2012, p. 142). A outra, a moderna, também vai além do quadro familiar, mas se trata de uma memória intergeracional e não tem a vocação de ser transmitida, típica de membros que se autoproclamam guardiões e tende a desaparecer com o último deles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das importantes lições que podemos tomar neste estudo está na discussão de Santos (2003) acerca da construção da identidade negra no Brasil, possuindo normalmente o caráter vitimizador desses grupos, onde o destaque não está na luta pela emancipação, mas, pelo contrário, situando as comunidades em um papel subalterno. O esforço que os descendentes dos fundadores do Ribeirão Preto fazem se dá sempre no sentido de elevar o grupo a um patamar que contraria a historiografia oficial. São negros que se opuseram à escravidão, se rebelaram contra um sistema e fundaram uma comunidade livre em plena Zona da Mata mineira. Eles procuram exaltar os méritos de seus antepassados, que, em tantas outras comunidades, foram silenciados.

A análise deste trabalho se ateve ao discurso dos moradores descendentes das cinco famílias fundadoras da comunidade. Analogamente, podemos entender que não é possível fazer uma mesma leitura de um livro mais de uma vez. Sempre que o folheamos, achamos coisas novas e abandonamos outras que ora deixam de ser relevantes.

A história da comunidade é como um livro que seus membros estão sempre lendo, numa espécie de jogo que se entrelaça em

contradições, fissuras, interesses particulares ou coletivos. Tal como mencionamos, a leitura que se faz do passado não é um processo natural, há limites em sua compreensão. Não há como um grupo – principalmente os que se baseiam exclusivamente na história oral – dar conta daquilo que de fato aconteceu, uma vez que há limites na compreensão do passado e a totalidade das experiências é falha. Na verdade, há que se considerar também que há processos de escolha entre os membros da comunidade no que se refere ao que fará parte ou não da memória: pode ser através da memória coletiva ou mesmo individual, levando-se em conta seu caráter subjetivo nessa construção. Não se trata aqui especificamente de uma teorização da memória, mas de como esta é tratada pelo grupo para construir sua identidade.

A história da comunidade do Ribeirão Preto teve um papel importante na sua reconstrução a partir do interesse da professora Carmem Cattete Reis Dornelas. Trata-se de uma pessoa de família abastada na cidade de Guidoal, cuja origem se opõe à dos membros do Ribeirão. Foi a partir de sua intervenção que essa busca pela identidade se tornou mais proeminente. Não queremos demonstrar com isso, uma desqualificação do grupo, retirando o seu papel empreendedor. O papel da professora ao montar uma peça de teatro contando a história da comunidade talvez tenha provocado algo latente, adormecido já em fase de construção dos quilombolas. Poderia ser um processo iminente que viria acontecer, talvez um anseio do grupo que estava guardado; e tal atitude veio trazer à tona uma história que desejavam contar e (re) construir.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

COUTINHO, Eduardo Granja. **Velhas histórias, memórias futuras: o sentido da tradição em Paulinho da Viola**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

CUNHA, Olívia Gomes da Cunha.; GOMES, Flávio dos

Santos (OrgS.). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007

ELIAS, Cosme. **O samba do Irajá e de outros subúrbios: a construção da identidade negra e carioca na obra de Nei Lopes**. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

FIORUCCI, Rodolfo. História oral, memória e história. **Revista História em Reflexão**, v. 4, n. 8, UFGD, Dourados, jul./dez. 2010.

HECHT, Susanna; MANN, Charles C. Terra de homens livres. **National Geographic Brasil**, 2012, p. 71-89. Disponível em: <<http://viajeaquie.abril.com.br/materias/quilombo-terra-de-homens-livres>>. Acesso em: 09 set. 2014.

HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e identidade nacional**. São Paulo: Annablume, 2013.

Outras fontes e depoimentos aos autores:

Aleluia, Frederico Tavares de (Tito). Depoimento da história do Ribeirão Preto (1981). Fita de áudio gravada em depoimento a autor desconhecido. Material de posse de seu filho Frederico Tavares de Aleluia (Dirico).

Carmem Catette Reis Dornelas - Depoimento gravado em 28/09/2013.

Frederico Aleluia (Dirico) - Depoimento gravado em 28/09/2013.

João Agerino - Depoimento gravado em 28/09/2013.

Magno Dias - Depoimento gravado em 28/09/2013.

Maria Aparecida Martins Lopes (Cida) – Depoimento gravado em 28/09/2013.